

REALIDADES E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO 5º DISTRITO DE SANTA MARIA/RS

Ananda de CARVALHO¹

Cesar De DAVID²

Resumo

O presente artigo visa a ressaltar as principais mudanças vivenciadas pela agricultura familiar, na realidade local do 5º Distrito de Santa Maria – RS, Arroio do Só, levando-se em conta que o espaço rural é resultante de diferentes dinâmicas produzidas por transformações espaciais influenciadas por características locais e gerais da sociedade. Em Arroio do Só, constatou-se, através do estudo bibliográfico, consultas em fontes secundárias e trabalhos de campo, que o distrito configura-se por meio de influências históricas específicas, impactado pelo processo de modernização da agricultura e pela emergência de novas dinâmicas produtivas locais. No que se refere à agricultura familiar, a cultura de porongos e a instalação das agroindústrias de cuíás possibilitaram, além da permanência dos agricultores que não se inseriram no modelo de produção tecnológico, o surgimento de novas transformações espaciais, alternativas ao modelo imposto pela modernização da agricultura, representado pela rizicultura no distrito. Entretanto, essa alternativa configura-se como uma potencialidade, que necessita traçar estratégias diferenciadas para que não reproduza os mesmos problemas já vivenciados no local.

Palavras-chave: Transformações espaciais. Agricultura Familiar. 5º Distrito de Santa Maria. Espaço Rural.

Abstract

Realities and perspectives of family agriculture in the 5th district of Santa Maria/RS

The present article highlights the main changes experienced by the familiar agriculture at the 5th District of Santa Maria – RS, *Arroio do Só*, considering that the rural space results from different dynamics produced by spatial transformations which are influenced by the general and local characteristics of society. In *Arroio do Só*, it was found, through bibliographic study; secondary sources; and field work, that the 5th District is characterized by specific historical influences, impacted by the modernization process of agriculture and by the emergence of new dynamic local productive. Regarding the family agriculture, the culture of *porongos* and the installation of the *cuíás* allowed, besides the stay of the farmers who do not have indulged in the model of technological production, the appearance of new spatial transformations, alternatives to the model imposed by the agriculture modernization, represented by rice-growing in the district. However, this alternative is only a possibility and needs to have different strategies in order to not reproduce the same problems already experienced in the past.

Key words: Spatial Transformations. Family Agriculture. 5th District of Santa Maria –Rural Space.

¹ Licenciada em Geografia e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria –

² Prof. Adjunto do Depto. de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria – E-mail: cdedavid@smail.ufsm.br.

INTRODUÇÃO

Com a efetivação e a expansão do capitalismo, a realidade do espaço rural sofreu fortes transformações, principalmente no final da Segunda Guerra Mundial, a partir do processo de intensificação da modernização da agricultura. O modo de produção tornou-se industrializado e os meios de produção tradicionais foram substituídos. Especificamente, no 5º Distrito de Santa Maria, Arroio do Só, esse processo foi responsável por gerar intenso êxodo rural, transformações espaciais e impactou a realidade da agricultura familiar presente no local de maneiras distintas.

Parte dos pequenos produtores que não tiveram condições de aderir ao modelo tecnológico de produção intrínseco da modernização da agricultura foram expropriados das suas terras, abandonaram o distrito, na sua maioria, em direção as cidades. Os trabalhadores empregados nas unidades agrícolas, em grande parte, foram dispensados, devido à mecanização das lavouras. Enquanto isso, restrita parcela dos agricultores familiares, possuindo melhores condições, integrou-se ao formato de produção propagado pelo processo de modernização, mantendo-se refém das instabilidades do mercado financeiro internacional e da variação dos preços dos seus produtos e dos insumos. Todavia, esses agricultores familiares, que passaram a dedicar-se quase que exclusivamente à lavoura de arroz, demonstraram ter ampliado a capacidade de consumo de bens e serviços.

Contudo, a maioria dos agricultores familiares do distrito de Arroio do Só, que resistiram ao processo de expropriação, de forma tradicional, permaneceu exercendo o cultivo de porongos³. Essa cultura evitou, ao longo do tempo, que o êxodo rural do 5º Distrito fosse ainda mais expressivo, porém, nos últimos trinta anos, além disso, tem possibilitado a atração de pessoas e, através da agroindustrialização desse produto, provocado a dinamização econômica.

Entretanto, ao estudar as transformações espaciais ocorridas no distrito e o êxodo populacional, é fundamental salientar que, no passado, Arroio do Só destacava-se no município de Santa Maria e na região pela importante presença de uma Estação Ferroviária, que foi inaugurada em 1885 e compunha o trajeto Porto Alegre – Uruguiana, sendo que, por ela, escoavam a produção agrícola e industrial do distrito e das localidades próximas. Nesse período, o transporte pelas ferrovias instaurava, pelos lugares que passava, uma nova dinâmica que atraía estabelecimentos comerciais, trabalhadores, indústrias, etc. Porém, em 1996, a linha de trem deixou de passar na localidade e, mesmo antes, o enfraquecimento da importância das ferrovias causou grande impacto no Distrito.

No início do século XX, Arroio do Só chegou a possuir hospital, hotéis, grandes engenhos e indústrias, infraestrutura e serviços avançados para a época. Marcado por esse contexto, em 1900, o distrito possuía 2.772 habitantes; em 1909, o equivalente a 4.289 e, em 1910, chegou a ser habitado por 4.406 pessoas, segundo informações históricas reunidas por Rechter (1997). Em contrapartida, conforme o IBGE (2010), nas últimas décadas, a população tem reduzido constantemente, em 1991, tinha 1.781 habitantes; em 1996, possuía 1.657; em 2000, o equivalente a 1.127 e, em 2010, 944 habitantes. Assim sendo, atualmente, o 5º Distrito de Santa Maria encontra-se num processo de despovoamento e de ruralização. A paisagem rural tem se projetado com maior destaque, pois as culturas agrícolas têm assumido maior importância e a infraestrutura e os equipamentos urbanos têm sido desativados. Nesse sentido, as diferentes realidades da agricultura familiar, que corresponde à prática produtiva existente na maioria dos estabelecimentos agropecuários, influenciam de forma mais significativa as transformações espaciais do distrito de Arroio do Só.

Assim posto, visando a compreender as transformações espaciais ocorridas no 5º Distrito de Santa Maria e a dinâmica populacional, especialmente, a partir da expressão de

³ Matéria prima para fabricação de cuias.

diferentes realidades da agricultura familiar impactadas pelo processo de modernização, sobretudo, foram realizados quatro eixos temáticos de investigação. Primeiramente, o estudo teórico; em seguida, basicamente, a consulta em fontes bibliográficas, a coleta de dados secundários em fontes como o IBGE, a EMATER, a Prefeitura Municipal, etc. O terceiro eixo consistiu na participação em atividades da comunidade e em visitas às residências, às propriedades rurais, nos estabelecimentos comerciais, agroindustriais, industriais, de saúde e educação, juntamente com a realização de entrevistas. A fase final representou a sistematização e a construção textual das informações absorvidas.

DIFERENTES REALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO 5º DISTRITO DE SANTA MARIA, ARROIO DO SÓ

No Rio Grande do Sul, fortes transformações no cenário agrícola são decorrentes da crise local causada, inicialmente, devido à retração das lavouras de café na região sudeste do Brasil que começaram a ceder espaço para a produção de subsistência, desarticulando a produção colonial do estado que abastecia o país. Em seguida, essas transformações foram intensificadas pela crise justificada pelo esgotamento do uso das terras, migrações, explosão demográfica, fracionamento das terras e comercialização por baixos valores.

Muitos colonos, que migraram para outras localidades do estado em busca de acesso a terras e melhorias nas condições de produtividade, introduziram, por volta de 1930, o cultivo comercial do arroz na metade sul e norte do Rio Grande do Sul. A produção do arroz foi beneficiada, segundo David (2005), pelas barreiras tarifárias do arroz importado, a expansão do mercado consumidor interno, a organização político-econômica das classes proprietárias, a existência de capital, a força de trabalho, os recursos naturais, a infraestrutura de transporte, a associação entre a grande propriedade pecuarista e a orizicultura através do arrendamento capitalista, e, por fim, o potencial do mercado externo para o excedente da produção. A forma de organização diferenciou-se das já existentes no estado, como decorrência da técnica que era utilizada, consistindo na grande produção irrigada, no arrendamento capitalista, no trabalho assalariado e na utilização intensiva de meios de produção de origem industrial. É, principalmente, nesse contexto, que se instauram, no 5º Distrito de Santa Maria, as lavouras de arroz, ainda um dos principais alimentos produzidos na localidade e que ocupa a maior área cultivada. É o símbolo da introdução da lavoura moderna no distrito.

Posteriormente, à expansão da lavoura de arroz, tem-se a ascensão do cultivo de trigo no Rio Grande do Sul, que se beneficiou do interesse das multinacionais no cereal, da existência de condições favoráveis ao desenvolvimento da mecanização das lavouras e do apoio governamental, através de políticas como a liberação das importações de máquinas, equipamentos e insumos, a implantação de estações experimentais, o controle dos preços, os incentivos à comercialização e ao financiamento.

Por volta da metade do século XX, a cultura do trigo e do arroz entra em crise no estado, junto com a produção pecuária, em decorrência, principalmente, da competitividade do mercado mundial. Os produtos brasileiros, nesse período, perderam espaço em relação a outros países do mundo devido ao atraso da inserção no processo de produção moderna. Entretanto, a cultura do arroz no distrito de Arroio do Só e também na região central do Rio Grande do Sul permanece com destaque.

No final da década de 1960, o Rio Grande do Sul, buscando recuperar-se da crise, insere-se no processo de modernização tecnológica da agricultura.

Nesse período, motivada pelo apoio estatal à lavoura agroexportadora, a modernização difundiu-se para todas as áreas agrícolas do Estado, e o uso de insumos e máquinas agrícolas redimensionou a produção através do aumento da produtividade. A partir daí, também se expande o cultivo da soja (DAVID, 2005, p. 52).

A expansão da cultura da soja foi motivada por diversos fatores, entre eles, as políticas governamentais e o contexto de inserção do produto no mercado internacional destinado à indústria. A cultura do cereal tornou-se central no estado, ocupando a maior parte das áreas cultivadas. Conformou-se como destaque principal no processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul, que trouxe diversas consequências ao território gaúcho, além da reestruturação financeira, do ponto de vista da acumulação financeira.

Nas áreas de maior modernização e tecnificação, especialmente na região Nordeste do estado, registrou-se uma queda nos postos de trabalho e o surgimento de formas precárias de ocupação como os trabalhos temporários e a ausência de contratos de trabalho. A elevação do preço da terra torna-se inacessível, especialmente para as novas gerações na agricultura familiar. O esgotamento desta modernização conservadora nos anos 80 originou outro contingente expressivo de pobres estruturais. A propriedade da terra foi concentrada, as disparidades de renda se acentuaram, o êxodo rural direcionado aos centros urbanos aumentou, bem como aumentaram a taxa de exploração da força de trabalho e da auto-exploração nas unidades familiares. Paralelamente, em certas áreas surgem novas formas de ocupação no meio rural, com os sistemas de produção integrada com as agroindústrias de suínos, aves ou fumo (BROSE, 1999, p. 25).

Em Arroio do Só, assim como em todo o município, a referida cultura estabeleceu-se com força, no entanto, no distrito, a produção do arroz, que inaugurava as transformações impostas pelo processo de modernização da agricultura, permaneceu com destaque, também fomentando as consequências anteriormente salientadas por Brose (1999).

Na década de 1980, com a suspensão da intervenção do Estado, o esgotamento do padrão tecnológico e a queda nas exportações, em consequência da competição, o modelo, baseado no cultivo da soja entrou em colapso. Alguns movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), surgiram desse processo, propondo novas alternativas de desenvolvimento para o estado e para o país. Atualmente, o estado vivencia um processo de rearticulação do espaço rural, em que vários segmentos apresentam importância. Entretanto, a produção de soja ainda é a mais relevante quanto à quantidade produzida. Todavia, a introdução da monocultura de lavouras de árvores (eucaliptos e *pinus*), através do capital internacional, sinaliza um novo período e modelo de produção no estado.

O que demonstra que o modelo tecnológico e de organização do campo está presente na realidade atual e exerce grande influência no desenvolvimento político e econômico do estado, mesmo que representado pelo cultivo de diferentes lavouras. No 5º Distrito de Santa Maria, a agricultura comercial do arroz, mesmo sendo executada fundamentalmente pela mão de obra familiar, é representante desse processo. A produção é mecanizada, utilizando o mínimo de trabalho humano. Em geral, constatou-se que os agricultores, que produzem de 100 a 200 hectares, ocupam, no máximo, de forma permanente, o trabalho equivalente a três pessoas que, na maioria das vezes, pertencem à família, ainda que, quando necessário, usam mão de obra temporária. O plantio varia entre direto e convencional e é intenso o uso de produtos químicos. Para os agricultores, sem eles, não seria possível produzir, mesmo que as terras sejam boas para o cultivo. Algumas lavouras utilizam, como meio de distribuição dos químicos, o avião. Essa forma tem causado problemas para alguns moradores, pois a distribuição ocorre muito próxima das áreas de residência o que corresponde

a um risco de contaminação para a população. Além disso, foi possível encontrar resíduos desses produtos abandonados nos recursos hídricos o que também configura um perigo de contaminação, pois grande parte da população usa, para o consumo doméstico, o águas de nascentes e poços artesianos.

Existem famílias que possuem silos e infraestrutura de secagem e armazenamento do arroz. No entanto, atualmente, não há nenhum engenho de arroz que finalize o beneficiamento do produto, ainda que, no passado, o distrito chegou a possuir três engenhos de arroz. A produção é vendida para cooperativas e empresas da região como COTRICEI, COPAL, COPLANTI, COPLANTIO, Arroz Fighera, etc. Em alguns casos, as beneficiadoras buscam a produção nos estabelecimentos, enquanto que, para outros, os próprios agricultores são responsáveis pelo transporte da produção, dependendo da infraestrutura que cada produtor possui.

Muitos produtores de arroz, além de serem proprietários, arrendam terras de terceiros, alguns, no entanto, arrendam a totalidade das terras em que cultivam. Em geral, trabalham com arrendamento de terras dentro do próprio distrito, em outros distritos e também municípios, principalmente Restinga Seca – Colônia Borges que corresponde à área de divisa com Arroio do Só.

A assistência técnica é realizada principalmente por técnicos ligados às empresas que vendem os insumos, em destaque os agrotóxicos, como herbicidas, fertilizantes, secantes, etc. Os produtores também recebem apoio do Instituto Rio-Grandense de Arroz (IRGA) e, quando procuram, da EMATER. Contudo, para os agricultores, *"a EMATER está afastada e enfraquecida, já esteve melhor"*.

O financiamento da produção de arroz é realizado através de bancos e cooperativas como SICREDI, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e CRESOL. Por meio do Banco do Brasil, utilizam as linhas de crédito do Governo Federal, mas nenhum entrevistado citou beneficiar-se com projetos de governo e Estado, somente poucos associaram os financiamentos do banco a políticas estatais. Entre os principais problemas enfrentados na produção, estão as dificuldades em relacionar-se com a variação dos preços e a instabilidade climática.

Com relação ao acesso a instrumentos de trabalho, de acordo com as entrevistas realizadas, constatou-se, no distrito, que a maioria das máquinas utilizadas na lavoura de arroz é própria dos agricultores. Em compensação, verificou-se que os produtores menos capitalizados, que trabalham principalmente com a lavoura de porongos, em geral, não possuem o maquinário necessário, alugando-o de algum proprietário ou da prefeitura. As condições de consumo desses agricultores também são desiguais, sendo possível constatar que os arrozeiros, em geral, apresentam melhores condições de vida e consumo, possuem carros bons, plano de saúde, casas grandes e bem equipadas.

Os plantadores de arroz entrevistados sempre residiram no distrito. Grande parte recebeu uma parcela de terras de herança dos seus pais, sendo que também a maioria demonstrou ter ampliado a área total de cultivo, construído novas residências, galpões e elevado o nível de consumo geral e acesso a bens. Todavia, diante do contexto em questão, analisando a realidade do distrito de Arroio do Só, verificou-se que o enriquecimento de alguns emergiu em meio a desigualdades, que se deu de forma restrita, ou seja, o crescimento econômico baseado em novas técnicas de produção excluiu parcela dos trabalhadores, tanto empregados como pequenos produtores desprovidos de capital.

Os agricultores de porongo, por exemplo, os quais são maioria no distrito, representam uma parcela de produtores de Arroio do Só economicamente menos bem sucedida. Em geral, são pequenos produtores, possuindo até 50 hectares⁴. Porém, também é comum

⁴ Esse é o máximo que encontramos de estabelecimentos produtores de porongos. É comum encontrar produtores de 10 hectares, 15 hectares, 20 hectares.

encontrar o cultivo do porongo em minifúndios e agricultores de porongo proprietários apenas da área de moradia.

A respeito da utilização de agrotóxicos, assim como os rizicultores, os produtores de porongo empregam insumos químicos. No entanto, a dinâmica de produção e de vida entre essas realidades distingue-se, no que se refere ao nível de consumo, acesso à assistência técnica, número de pessoas envolvidas nas lavouras, o tamanho das áreas disponíveis para cultivo, os financiamentos, a utilização de insumos, a quantidade de recursos financeiros e tecnológicos empregados na produção.

Os produtores de porongos, na sua maioria, não receberam nenhuma parcela de terras dos familiares, mesmo que grande parte tenha sempre vivido no distrito ou receberam pequenas parcelas, de acordo com as entrevistas, não ultrapassando 20 hectares. A mão de obra utilizada, segundo os entrevistados, é totalmente familiar e não há assistência técnica, registrando-se, no máximo, orientação dos técnicos das agropecuárias em que são consumidores.

É interessante ressaltar que a falta de assistência técnica não foi um item expresso nas entrevistas como problema a ser enfrentado. Não porque é suficiente ou irrelevante, mas porque os agricultores não a consideram como um direito que deve ser prestado pelo poder público. A principal cobrança da população em relação à administração pública é referente à infraestrutura, como a melhoria das estradas.

A respeito dos financiamentos, verificou-se que, entre os produtores de porongo, esse recurso, na maioria dos casos, não é utilizado devido ao receio de endividamento. Nos casos em que há financiamento, ele ocorre através do Banco do Brasil e CRESOL, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), constituindo-se como a principal política pública reconhecida entre os pequenos produtores de Arroio do Só. No geral, falta informação e conhecimento sobre as políticas públicas e, somando-se a isso, os agricultores familiares de porongo do distrito encontram-se desarticulados e desorganizados. Em decorrência, não têm conseguido elaborar, com nitidez, perspectivas bem planejadas.

Apesar disso, o cultivo de porongos, que é antigo no distrito, nos últimos trinta anos, tem sido responsável por estabelecer relações econômicas que têm alterado a realidade do distrito e que se diferenciam do cenário produzido pelo processo de modernização da agricultura expresso pela inserção da rizicultura tecnificada no local. A dinâmica produtiva resultante da cultura de porongos tem atraído famílias de agricultores para Arroio do Só, provocado o retorno de pessoas e a permanência dos mais jovens. Atualmente, o 5º Distrito corresponde ao maior produtor de porongos da América Latina, exportando para diversas localidades do Brasil e América do Sul, como Argentina e Uruguai.

Além disso, associado à ampliação do cultivo de porongos, os pequenos estabelecimentos agrícolas, visando, principalmente, ao autoconsumo, passaram também a cultivar hortas, pomares, milho, feijão, mandioca, batata, melancia, morangos, morangas, e criar animais como porcos, galinhas, vacas leiteiras, ovelha, búfalo, sendo o excedente comercializado e/ou trocado entre os agricultores e habitantes em geral, o que reforça os rendimentos da unidade produtiva, garante a alimentação básica da família e mantém a diversificação produtiva. Conforme relato de um casal de moradores do distrito, *"teve uma época que não se conseguia adquirir produtos coloniais na vila como geléia, queijo, agora já é possível"*.

Quanto à comercialização da produção de porongos, que corresponde à principal fonte de renda para os que o cultivam, a distribuição ocorre para diversos municípios do Rio Grande do Sul e para diferentes unidades da federação, situadas principalmente na Região Sul. Entre os estados da Região, a comercialização ocorre com maior intensidade dentro do próprio Rio Grande do Sul, assim como Paraná.

Todavia, na atualidade, grande parte da produção é beneficiada e industrializada, ou seja, a transformação dos porongos em cuias e artesanatos é realizada no próprio distrito e na cidade de Santa Maria, especificamente no Bairro Camobi. Não havendo cooperativa ou empresa que centralize o processo de comercialização, cada agricultor é responsável pela venda dos seus produtos e também pela compra dos materiais necessários para a produção e o beneficiamento dos porongos.

Assim sendo, com a introdução de cinco agroindústrias de cuias em conjunto com o cultivo intenso de porongos é que a dinâmica e a organização do distrito tem se transformado de forma relevante, alterando culturas tradicionais e atraindo novos olhares para o local. Em média, cada uma das agroindústrias emprega de sete a oito funcionários, mais a mão de obra familiar. São agroindústrias familiares que beneficiam os porongos, transformando-os em cuias. O cultivo de porongos é mais antigo do que a instalação das agroindústrias, que surgiram acerca de quinze anos. No entanto, a sua introdução incentivou ainda mais o plantio de porongos, principalmente porque a comercialização foi facilitada. O agricultor tem garantia da venda da sua produção.

Entre as cinco agroindústrias presentes no 5º Distrito de Santa Maria, três pertencem a mesma família de três irmãos, que iniciaram o beneficiamento dos porongos coletivamente, porém, hoje, cada um é proprietário de uma agroindústria diferente. Um desses empreendimentos ampliou-se, chegando a fabricar suportes para cuia e também bombas de chimarrão. Por conseguinte, salienta-se que o processo de agroindustrialização dos porongos tem ocorrido de maneira concentrada e individualizada, dentro de uma lógica empresarial.

Em decorrência dos bons rendimentos, conforme os proprietários das agroindústrias, a atividade tornou-se central. Por conta disso, abdicaram da agricultura ou ela tornou-se atividade secundária. Ainda, de acordo com os proprietários das agroindústrias, constatou-se que os pequenos empreendimentos têm se expandido. Contudo, salientam como principal dificuldade o pagamento de todos os impostos e benefícios dos trabalhadores empregados. Entre outros impasses, destacam a impossibilidade de empregar legalmente adolescentes que têm o interesse e a necessidade de trabalhar nas agroindústrias.

Apesar disso, as agroindústrias de cuias para chimarrão têm sido responsáveis pela permanência de muitas famílias no distrito, como resultado da oportunidade de emprego, principalmente, para os jovens que correspondem a maior parte dos trabalhadores nesses estabelecimentos.

Com relação à comercialização da produção, ela é realizada para distintas localidades, em especial, para a região serrana e fronteira do estado e para outros países como Uruguai e Argentina. O transporte das mercadorias é feito pelos próprios fabricantes e também pelos compradores, os quais, além disso, são responsáveis pela distribuição nos diferentes pontos de venda, como mercados, feiras, lojas, etc.

A respeito do trabalho artesanal e artístico que compõe o *design* das cuias, ele ocorre nas fábricas e também é terceirizado. Entretanto, segundo um dos proprietários, faltam pessoas para realizar esse tipo de tarefa, principalmente, a parte do desenho. Além disso, o trabalho artesanal concretizado a partir dos porongos, no distrito de Arroio Só, não se configura apenas associado às cuias, mas também a elaboração de artesanatos diversos como vasos e enfeites em geral, especialmente, produzidos com os resíduos dos porongos ou peças que não serão apropriadas para a transformação em cuias de chimarrão.

Contudo, hoje em dia, no que se refere à realidade da agricultura familiar, a dinâmica constituída pelo cultivo de porongos e a agroindustrialização das cuias configuram-se como a principal atividade, mesmo que ocupem menor área, juntamente com a rizicultura no distrito, a qual abrange maior extensão de terras e menos produtores.

Nesse sentido, observa-se que o cultivo de porongos, como alternativa de subsistência e permanência no 5º Distrito de Santa Maria envolve maior número de agricultores familiares e tem apresentando perspectivas de crescimento articuladas com o processo de

agroindustrialização, assinalando para o desenvolvimento de experiências de geração de renda e trabalho menos restritas do que o exemplo verificado através do cultivo tecnificado das lavouras de arroz.

Entretanto, a cultura de porongos e a sua agroindustrialização, para fomentar o desenvolvimento do distrito, necessitam relacionar-se com a agricultura familiar, visando à distribuição coletiva dos ganhos. Para isso, será necessária a introdução de um novo modelo de apropriação do espaço construído e planejado pelo poder público e pela comunidade local.

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO 5º DISTRITO DE SANTA MARIA, ARROIO DO SÓ

Essencialmente, no distrito de Arroio do Só, algumas ações podem ser efetivadas visando a promover um modelo de desenvolvimento endógeno e coletivo. Para que isso ocorra, inicialmente, é fundamental que a população esteja organizada, unificada, consciente da sua realidade e conhecendo a sua história, a partir daí desenvolvendo senso de responsabilidade e coletividade. Assim, objetivando que os benefícios do desenvolvimento econômico não sejam concentrados, mas socializados, reforçando os laços políticos e culturais da população, para que, unida e com apoio do poder público, planeje as transformações vivenciadas, visando, sobretudo, à busca pela sustentabilidade e superação das desigualdades.

No 5º Distrito de Santa Maria, nessa perspectiva, o cultivo de porongos e a agroindustrialização de cuais de forma cooperada, por meio de cooperativas corresponde a uma alternativa interessante. Atualmente, a produção é mediada pelas famílias individualmente. Na atividade em cooperação, os envolvidos exercem controle, participação e os benefícios são distribuídos de forma mais justa. Dentro do modelo atual, alguns trabalhadores permanecem assalariados, vendendo o seu trabalho em troca de um pequeno salário que os condiciona a estarem "estagnados". Os agricultores assumem sozinhos os prejuízos de imprevistos na produção e vendem o seu produto a preços inferiores que os industrializados, que apresentam maior valor agregado. O trabalho realizado em cooperativa proporciona que cada trabalhador invista a sua mão de obra e participe de todos os ganhos do desenvolvimento da produção, utilizando os meios de produção coletivamente.

Além da formação de cooperativas, visando ao desenvolvimento econômico, a coletividade proporciona desenvolvimento político e cultural. A vida em comunidade propicia a troca e o diálogo. Os problemas e as dificuldades podem ser resolvidos no conjunto, de forma mais completa. Mas, para que isso ocorra, é necessário romper com a estrutura individualista. Nesse aspecto, um instrumento interessante que deve ser potencializado é o Conselho Distrital, que representa a oportunidade da comunidade discutir a realidade e elaborar alternativas.

Neste contexto de organização política e inserção de novas alternativas, a educação do campo e a escola também consistem em significativos instrumentos de desenvolvimento do lugar, onde novas ideias podem ser inseridas e compartilhadas. Para isso, é importante que os profissionais da educação possuam essa consciência e a formação específica em Educação do Campo. Nesse sentido, na escola, a oferta de cursos profissionalizantes e aproximação com o mundo do trabalho, essencialmente do trabalho rural, são ações positivas, além da valorização da realidade através do conhecimento da Geografia e História local. As Universidades, principalmente, no caso do distrito de Arroio do Só, que se localiza próximo de uma, devem ser parceiras fundamentais nesse processo, articulando e fomentando a

reformulação do ensino das ciências rurais, a multidisciplinaridade entre as ciências humanas e físicas dentro das escolas do campo.

A formação profissionalizante em desenho, artesanato, serigrafia direcionada às potencialidades do distrito, como a agroindustrialização de cuias, elevaria a qualidade final dos produtos. Entretanto, sobretudo, na área técnica da produção agrícola, a profissionalização é um importante condicionante, já que não existe assistência técnica pública suficiente para todos. No distrito, como já foi ressaltado, os pequenos produtores não possuem acompanhamento técnico das produções e os maiores possuem assistência das indústrias de insumos, o que os sujeita aos interesses das empresas, em geral, descomprometidas com o desenvolvimento local, visando, sobretudo, a aumentar a produtividade. O acompanhamento técnico é essencial na inserção e no desenvolvimento de novas culturas. Esse trabalho de extensão rural evita grandes prejuízos decorrentes de imprevistos, além de, em conjunto com organizações locais, informar as políticas existentes tornando possível o seu uso.

A deficiência em assistência técnica, presente no distrito e no município de Santa Maria, demonstra o descaso do poder público com as áreas rurais, expresso, muitas vezes, pelos moradores. A infraestrutura das subprefeituras é insuficiente para administrar as necessidades distritais, por isso, necessitam ser melhoradas. Atualmente, não possuem equipamentos, nem quadro de funcionários. Além da infraestrutura da administração local, a população ressaltou a necessidade de melhorias nas estradas, na rede de esgoto, na iluminação e na criação de áreas de lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 5º Distrito de Santa Maria revela realidades diversas e específicas e também contextos semelhantes ao global. Os problemas enfrentados e as transformações espaciais vivenciadas apresentam causas e consequências locais e gerais que se sobrepõem.

O cultivo tecnificado de arroz representou, para o distrito, a inserção do processo de modernização da agricultura na realidade da agricultura familiar local. Foi responsável por introduzir novas técnicas de produção, investidas de tecnologia e insumos que possibilitaram o aumento da produtividade, mas também o crescimento dos custos da produção regidos pela dinâmica do mercado internacional. Para os agricultores familiares envolvidos, que permaneceram no distrito, foi possível constatar que esse modelo de produção trouxe riquezas, ampliando a capacidade de consumo que pode ser verificada através da qualidade das suas moradias, a presença de automóveis, maquinários, acesso a planos de saúde, entre outros serviços.

O alto custo do modelo de produção tecnológico não sendo viável a todos, por sua vez, causou a expropriação de pequenos produtores das suas terras e manteve agricultores familiares marginalizados do processo. Além disso, resultou o desemprego rural em decorrência da mecanização.

No distrito de Arroio do Só, a maioria dos agricultores familiares que resistiram à expropriação mantiveram-se exercendo um modelo de produção tradicional economicamente menos oneroso como, de forma expressiva, o cultivo de porongos. Contudo, se, no passado, a rizicultura tecnificada causou transformações espaciais, introduzindo uma paisagem diferenciada, marcada pela monocultura, o esvaziamento populacional, o investimento em silos, máquinas e outras infraestruturas, especialmente, nos últimos trinta anos, a tradicional agricultura de porongos tem produzido novas dinâmicas no distrito.

De forma especial, a partir da instalação de agroindústrias familiares locais, destinadas ao beneficiamento do porongo, transformando-os em cuias para chimarrão e outros

artesanatos, o 5º Distrito de Santa Maria vem sendo impactado com uma nova dinâmica produtiva. O cultivo de porongos ampliou-se, a comercialização foi facilitada, novos empregos foram gerados e novas possibilidades de trabalho e geração de renda têm emergido. Este cenário oportunizado pela articulação entre a cultura tradicional de porongos e a agroindustrialização representa a renovação da presença da agricultura familiar em Arroio do Só, pois, junto dessa cultura, ressurgem a diversidade da paisagem tanto associada ao cultivo de alimentos e criação de animais para o autoconsumo quanto em relação à implantação de novos empreendimentos e novas oportunidades de trabalho (re)configurando o espaço rural.

Portanto, o distrito possui, hoje, em geral, duas fortes dessemelhanças entre os agricultores familiares que marcam as transformações vivenciadas na localidade. Os agricultores arrozeiros e os agricultores do porongo. Os primeiros encontram-se em melhores condições financeiras e, no passado, condicionaram significativas transformações espaciais, enquanto os demais têm promovido, junto das novas agroindústrias, alternativas de atração e permanência da população e dinamizado a economia do distrito. Contudo, esse processo é recente e necessita ser potencializado através de políticas públicas e planejamento coletivo endógeno.

REFERÊNCIAS

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 347p.

DAVID, C. D. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS. 218f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: abril de 2012.

RICHTER, E. I. S. **História social de Arroio do Sol**. Santa Maria, 1997. 104 p.

Recebido em dezembro de 2012

Aceito em abril de 2013